

**FACULDADES ATIBAIA – FAAT
CURSO DE PEDAGOGIA**

VÂNIA FERNANDES GARCIA ITA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO PARA O
FUTURO**

ATIBAIA/SP

2017

VÂNIA FERNANDES GARCIA ITA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO PARA O
FUTURO**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia na FAAT – Faculdades Atibaia, sob a orientação da Profa. Dra. Micheli Kowalczyk Machado.

ATIBAIA/SP

2017

CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

VÂNIA FERNANDES GARCIA ITA

Título: “Educação ambiental na educação infantil: perspectivas de mudança de comportamento para o futuro”.

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação de Pedagogia, para apreciação da Professora Orientadora Dra. Micheli Kowalczuk Machado, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Conceito _____.

Atibaia, SP, ____ de _____ de 2017.

Profa. Dra. Micheli Kowalczuk Machado

Dedico esse trabalho ao meu esposo, Rogério Ita, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, para realizar com êxito essa etapa tão importante da minha formação.

Aos meus filhos Nathan e Ana Clara, presentes de Deus na minha vida.

Aos meus pais, Sebastião e Marta pelo carinho e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À Deus que tornou o meu caminho significativo nessa caminhada, permitindo que tudo isso acontecesse.

Aos meus pais, irmãos, meu esposo, Rogério meus filhos e a toda minha família que com muito carinho e apoio acreditaram no meu sucesso.

À professora Micheli pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso, que foram fundamentais na minha trajetória acadêmica.

Às crianças, futura geração, um compromisso ambiental de sustentabilidade.

Aos que lutam pelas causas ambientais e tantos outros que buscam salvar o planeta.

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas.
Pessoas transformam o mundo” (Paulo Freire)*

RESUMO

Atualmente a Educação Ambiental é abordada de forma dinâmica em diversas discussões, sendo debatidos seus conceitos; aspectos legais; metodologias e implementação. Considerando este contexto, o presente trabalho aborda a Educação Ambiental na Educação Infantil, dentro da perspectiva em que a criança surge como o ator que promove a socialização e formação de cultura, e desta forma pode ter papel fundamental para a conservação ambiental. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar a relação da Educação Ambiental e da Educação Infantil, verificando como o processo educativo nesta fase de aprendizado pode colaborar na formação de cidadãos que possam efetivamente contribuir para a conservação do meio ambiente e para a compreensão do ser humano como parte integrante do mesmo. A metodologia foi embasada em pesquisas bibliográficas. Por meio do desenvolvimento deste trabalho pode-se concluir que a educação é uma ferramenta essencial que deve ser utilizada desde a Educação Infantil, pois quando aplicada de forma coerente, os resultados esperados podem contribuir para mudança de comportamento da cultura do ser humano, promovendo perspectivas de melhoria na temática ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Educação Infantil. Práticas em Educação Ambiental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DIAS ATUAIS	12
1.1 Consolidações da Educação Ambiental	12
1.2 Educação Ambiental ao alcance de todos.....	21
2 A DINÂMICA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	24
2.1 Educação Ambiental: Relação dessa temática na Educação Infantil.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta como tema a “Educação Ambiental na Educação Infantil: perspectivas de mudanças de comportamento para o futuro”. Esta escolha justifica-se pelo fato das atuais práticas ambientais inadequadas vivenciadas pelo ser humano, torna-se possível discutir no contexto da Educação Infantil, mudanças de comportamento que devem ser aplicados nesta fase para que a capacidade de suporte do planeta seja respeitada a fim de atender as necessidades do ser humano e de todos os seres vivos.

A discussão sobre as questões ambientais não é nova, a problemática ambiental passou a ser discutida, após a revolução industrial em que a utilização dos recursos naturais e a desenfreada utilização da mão de obra humana sem quaisquer normas aplicadas tanto nas questões ambientais, quanto nas trabalhistas desencadeou problemas ambientais e ocupacionais, que chamou a atenção dos ambientalistas que promoveram debates e conferências ambientais, tendo como participação vários países do mundo, como a de Estocolmo e a Eco/92 no Brasil (MACHADO, 2014).

Em relação a esta problemática é possível através da Educação Ambiental diagnosticar algumas causas, tais como: o crescimento populacional, desenvolvimento nos avanços tecnológicos, o crescimento das cidades, fatores que estabelecem uma demanda muito grande de organização e comportamento positivo por parte do ser humano, a fim de que esta pressão que é exercida sobre o meio ambiente, venha ser aplicada de forma coerente, diminuindo as ações antrópicas (BARBIERI, 2011).

Aliado ao desenvolvimento e ao sistema capitalista, a perda da qualidade ambiental sofre influências direta deste sistema, diminuindo a qualidade ambiental em todos os níveis, desmatamento, contaminação dos ambientes aquáticos e a introdução de espécies exóticas, desperdício de água e o manejo incorreto dos resíduos, ações que interferem diretamente na qualidade de vida do ser humano (CHRISTOFOLETTI, 1993; SOBRAL E SILVA, 1989 apud PELICIONI, 2014).

Embora as questões ambientais sejam muito discutidas, ainda existe muita dificuldade em colocar em prática a teoria e muitas vezes a prática da Educação Ambiental é confundida com ações pontuais e pouco aprofundada, como exige o processo educativo. Para Luck (2003) a educação é à base de capacitação humana,

tornando ela o meio pelo qual, os problemas ambientais, possam ser minimizados, pois a educação influencia a dinâmica da vida nos âmbitos social e cultural, sendo o agente fundamental na formação de pessoas capazes de interagir de forma organizada e desenvolver o senso crítico na perspectiva da sociedade consumista, aumentando a qualidade ambiental em todos os níveis.

Nesse sentido há uma crescente preocupação para se implementar políticas públicas que venham compatibilizar o desenvolvimento econômico em harmonia com o meio ambiente, tema que se destaca como desenvolvimento sustentável, a fim de que a capacidade de suporte possa de fato, ser respeitada e o ser humano interaja com o meio ambiente de forma organizada, tendo consciência da importância desses elementos para a sua sobrevivência (LIEBER; ROMANO, 2014).

O conceito de desenvolvimento sustentável é a interação do ser humano com o meio pelo qual vive, devendo este preservá-lo e não comprometê-lo para futuras gerações. Neste sentido, o ser humano precisa rever suas atitudes em relação ao meio ambiente, tendo em vista que a degradação ambiental, em seus diversos níveis agride de forma intensa a qualidade do planeta, encarecendo os serviços essenciais que contribuem para a melhor qualidade de vida, pois é evidente que os custos em relação ao tratamento de água e os resíduos sólidos têm se tornado cada vez mais caros, impedindo que uma grande parcela de pessoas não utilize da prestação desses serviços por não terem condições financeiras de pagar, sendo assim, o ser humano precisa rever estas atitudes e mudar de forma emergencial sua postura (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987 apud LIEBER; ROMANO, 2014).

Diante desta realidade torna-se primordial trabalhar na Educação Infantil a importância de lidar com o meio ambiente de maneira inteligente, assim a inserção da Educação Ambiental deve ser transmitida de forma abrangente, tendo em vista que a criança nesta fase possui facilidade de assimilar mediante ações desenvolvidas e métodos práticos pelo educador.

Para Dieuzeide (1978, p.6 apud FONSECA, 1999, p. 209) pesquisas indicam que:

[...] em relação ao nível de inteligência geral possuído aos 17 anos, cerca de 50 por cento do acervo intelectual acumulado já estão fixados aos 4 anos, enquanto os 30 por cento seguintes são adquiridos entre 4 e 8 anos.

Reconhecendo a problemática ambiental o Ministério da Educação (MEC) desde 1998, tem auxiliado os professores por meio do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), sendo esse material importante, pois em seu terceiro volume, traz o eixo “Natureza e Sociedade”, visando à construção de conhecimentos diversos com meio social e cultural num processo educativo no qual as crianças sejam capazes de:

- interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias;
- [...]
- estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana (BRASIL, 1998, p. 175).

Assim, cabe ressaltar a importância de introduzir a Educação Ambiental na Educação Infantil, visto que ela capacita o cidadão na formação do senso crítico, capaz de exercer de forma correta sua postura na sociedade, transformando o sistema e viabilizando a capacidade de desenvolvimento do ser humano. Sendo assim, a Educação Ambiental se opõe a metodologia de crescimento praticada pelo sistema consumista, sistema esse que não considera a igualdade social e corporativismo. (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

A Educação Ambiental quando aplicada na fase infantil possibilita que a criança interaja de forma natural com seres vivos, como: formigas, insetos, as brincadeiras com água, terra, árvores e a análise dos fatores ambientais em todo o momento de sua vida, inclusive no ambiente escolar, que na maioria das vezes não oferece condições dessa interação da criança com o meio ambiente. A todo instante a criança é repreendida a não subir em árvores, por questão de segurança, a não se sujarem por questão de higiene. Percebe-se que os ambientes escolares estão cada vez mais fechados e impermeáveis, de acordo com Korpella (2002, apud ELALI, 2003) a criança tem uma necessidade de interagir com o meio ambiente, a fim de que reconheça sua participação e responsabilidade com as questões ambientais.

Em face do exposto, este trabalho aponta como problema de pesquisa a seguinte questão: Como introduzir a Educação Ambiental na Educação Infantil? Quais benefícios e os desafios que podem estar presentes neste processo?

O Objetivo geral busca apresentar a relação da Educação Ambiental e da Educação Infantil, verificando como o processo educativo nesta fase de aprendizado pode colaborar na formação de cidadãos que possam efetivamente contribuir para a

conservação do meio ambiente e para a compreensão do ser humano como parte integrante do mesmo.

Já os objetivos específicos são: apresentar a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil; levantar e verificar meios para despertar na criança o compromisso com a questão ambiental; apresentar a importância de estimular na criança o prazer de estar em contato com o meio ambiente, e como este processo pode colaborar para o desenvolvimento da criança nas ações de sustentabilidade trabalhando o pensamento crítico na criança.

Como metodologia, foram utilizados livros, artigos científicos e citações com embasamento teórico, pois de acordo com Gil (1999) a pesquisa bibliográfica deve conter um referencial teórico, de modo a se obter reflexões de obras específicas que destaquem a importância das relações do ensino da educação ambiental na escola.

O primeiro capítulo aborda a explanação sobre o meio ambiente e as formas de interação do ser humano com ele, propõe as correntes de pensamentos e pontua cada uma delas, elenca o histórico da Educação Ambiental no Brasil bem como a formulação das leis que garantem a preservação e melhoria nas condições ambientais, a necessidade de aplicar a sustentabilidade nas ações do ser humano e sua forma de implementação interdisciplinar, proporcionando que a educação ambiental possa ser alcançada em todos os níveis de ensino e a discussão do tema no mundo contemporâneo.

No segundo capítulo foi considerado um breve relato da dinâmica da Educação Infantil considerando e a necessidade do Estado intervir na implantação de políticas públicas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças e a qualificação dos profissionais. Na sequência aborda os documentos norteadores que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, e a base dos conteúdos trabalhados na educação que tem como linha norteadora o Referencial Curricular Nacional com o eixo Natureza e Sociedade, que apresenta maior proximidade com o tema em questão.

Por fim são discutidas as metodologias que poderão ser introduzidos na vida da criança que aliado às práticas de Educação Ambiental podem contribuir para o seu desenvolvimento integral, tratando da responsabilidade do educador e o compromisso que o mesmo deve ter em suas atribuições sobre a temática ambiental, sendo ele o agente direto na formação da criança.

1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DIAS ATUAIS

No meio ambiente existe uma interação complexa entre diversos elementos e o ser humano faz parte deste processo. Assim é necessário olhar para o meio ambiente considerando três aspectos importantes o meio ambiente social, natural e o construído (BARBIERI, 2011).

A Educação Ambiental está voltada no processo pelo qual o ser humano e a coletividade recebem estímulos sobre o conhecimento de ações ambientalmente corretas como se proceder diante do desenfreado sistema capitalista.

No Brasil a Educação Ambiental está consolidada, através de leis específicas tais como a Lei Federal 6.938/81 a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que estabelece a Educação em diversos níveis de ensino e na sociedade, também a lei 9.795/99 que estabelece a Educação Ambiental nos níveis de ensino.

Nesse capítulo será abordada a Educação Ambiental e sua importância na transformação do ser humano, seu histórico, regulamentação e sua abrangência, gerando atitudes variadas, alteração no comportamento e mudança na cultura vivenciada no modelo de vida capitalista, reforça a prioridade de estabelecer a Educação Ambiental de forma interdisciplinar e qualificada e em diversos níveis que possibilitará a emancipação popular e o senso crítico na vida da criança na Educação Infantil.

1.1 Consolidações da Educação Ambiental

O meio ambiente envolve atividades que proporcionam interação de vários atores que se relacionam no planeta, seres vivos e não vivos biológico, natural e artificial, inclusive os elementos que sofreram alterações pelo ser humano. Assim se entende por meio ambiente o ambiente natural e o artificial, ou seja, o biológico, o físico, e o que sofreu alteração e construção pelo ser humano, como áreas definidas nas estruturas de zoneamento das cidades, devidamente distribuídas: rurais, urbanas e industriais. Essa geografia faz com que os seres vivos e não vivos interajam proporcionando condições de interação com o meio ambiente (BARBIERI, 2011).

Segundo Odum e Sarmiento (1997 apud BARBIERI, 2011) ao abordar sobre esse aspecto, é possível identificar a relação que existe entre o meio ambiente

construído que forma as cidades, indústrias e suas interações com a sociedade; o meio ambiente artificial e domesticado que são as áreas de plantação, os parques ecológicos, açudes; e o ambiente natural, como os fragmentos de matas nativas que utilizam dos elementos da natureza, como: chuva, vento, água, sol, ou seja, elementos naturais que não dependem diretamente do ser humano. Há também o ambiente essencial à vida, aquele cujos serviços ambientais, são essenciais as necessidades fisiológicas vitais, serviços que promovem alimento, regula todas as formas de energia, nutrientes minerais, ar e água.

A possibilidade de vida no planeta ocorre através da interação de três ambientes físicos a litosfera, camada exterior sólida da superfície da terra, a hidrosfera, que é o conjunto das partes líquidas que cobrem parcialmente a superfície da terra e o atmosférico corresponde a camada de ar que envolve o globo terrestre. O meio ambiente como condição de vida está relacionado com as atividades e interação de indivíduos de várias espécies na biosfera, em que condiciona os seres vivos à exposição de radiações ultravioletas que dependem da camada de ozônio para sua sobrevivência (BARBIERI, 2011).

As populações são organismos da mesma espécie que vivem juntas e as de várias espécies que vivem numa mesma área formam uma comunidade biológica. Os elementos físicos, químicos e os organismos que vivem em um determinado meio formam-se um ecossistema. Para Odum (1988, apud BARBIERI, 2011) ecossistemas é um conjunto de características físicas, químicas e biológicas que influenciam a existência de uma espécie animal ou vegetal, inclusive o ser humano. Os organismos e o ambiente físico são dependentes um do outro e suas funções influenciam totalmente um ao outro.

Os ambientes artificiais, ou construídos formam ecossistemas específicos como a agricultura, às cidades, é necessário considerar a condição de vida, de trabalho, o nível de graduação e rendimentos do ser humano, bem como a que comunidade ele pertence; sabendo que esses fatores influenciam de forma direta na saúde do ser humano, tendo em vista que as diferenças sociais e a interação com o meio ambiente são diferentes em cada localidade (BARBIERI, 2011).

Dessa forma, a expectativa de vida e os níveis podem variar a depender da educação que a pessoa recebeu e qual trabalho ela realiza, valendo ressaltar o rendimento social. Os agentes públicos e as políticas públicas visam proporcionar planos que contribuam para melhorar o meio ambiente social, propiciando melhores

condições para o desenvolvimento do ser humano ante as melhorias estão às frentes de trabalhos, segurança no ambiente de trabalho, projetos sociais, disponibilidades de recursos públicos para regiões mais pobres.

Tratando-se do meio ambiente no aspecto social são vários conceitos que possibilitam aprofundar no assunto, a socialização, por exemplo, é definida mediante o processo pelo qual o ser humano adquire a capacidade de se relacionar com as pessoas a sua volta (QUINTAS, 1992, apud BERTÉ, 2007).

A relação entre meio ambiente social e o físico estão interligados, em que o social e suas atuações acontecem no espaço físico, como por exemplo, na escola, na casa, nas paisagens que proporcionam um bem estar, etc.. Essa relação deve ser desempenhada considerando os aspectos culturais dos agentes participativos e a maioria das pessoas não estão aptas a se relacionarem com o meio ambiente físico ou natural em virtude do contexto cultural pelo qual elas vivem (QUINTAS; OLIVEIRA 1999, apud BERTÉ, 2007).

O ser humano está submetido ao sistema capitalista de forma direta ou indireta, é nesse contexto que a população cresce cada vez mais no centro urbano, aumentando o meio ambiente construído. Nessa dinâmica de crescimento urbano e capital de forma planejada pelas políticas públicas, geralmente produz um impacto das ações antrópicas sobre o meio ambiente. Conseqüentemente o que se pode afirmar é que, o aumento do ambiente construído provoca mudanças no meio ambiente natural, como por exemplo, calor, poluição atmosférica, chuva ácida, degradação, enchentes (BERTÉ, 2007).

Contudo repousa sobre o ser humano e ao poder público a responsabilidade e o compromisso de preservá-lo e defendê-lo, conforme dispõe o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A PNMA é uma das leis mais importantes no Brasil, no que diz respeito à proteção ambiental e efetiva o artigo 225 citado acima. A lei define o meio ambiente como um conjunto de condições que deve ser aplicado com o intuito de salvaguardar o patrimônio ambiental e regulamentar a ação do homem, proporcionando uma melhora na qualidade ambiental, tendo como atribuição dos poderes governamentais a intervenção no que se refere à fiscalização e controle das

atividades do ser humano estabelecendo princípios norteadores em relação ao meio ambiente (RIVELLI, 2014).

Ao longo dos anos, a exploração dos recursos ambientais e a dificuldade de resiliência, demanda que se estabeleça a educação ambiental que recebeu definições que foram sendo aprimoradas. Os seres humanos já percebem os efeitos maléficos de suas interferências sobre o meio em que vivem e tentam mudar tal situação aprimorando seus conhecimentos, no que concerne à Educação Ambiental (RIVELLI, 2014).

Por consequência, a Educação Ambiental entendida como uma educação em valores, prepara o ser humano a viver e desenvolver suas atividades do cotidiano baseada nas ações assertivas em relação ao meio ambiente, agindo de forma crítica e reflexiva, ao contraposto do modelo de vida oferecido pelo sistema capitalista e consumista, em que predomina a sociedade contemporânea.

A Educação Ambiental deve ser abordada de forma interdisciplinar e na modalidade de várias disciplinas e níveis de ensino, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei federal 9795 de 1999), e não relativamente à ecologia e sim na questão de meio ambiente como um todo, inclusive a problemática emergente da sociedade oriunda das políticas públicas aplicadas (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014).

Ao estimular a Educação Ambiental evidentemente surgirão conflitos, resultado do diagnóstico que ela proporciona esclarecendo ao ser humano das problemáticas ambientais existentes, que serão manifestadas através de grupos ou de forma individual por cidadãos comprometidos com a cidadania, tendo em vista que a educação ambiental não está pactuada somente nas modificações ambientais causadas pela ação antrópica, ela deve ser aprofundada em sua complexidade, levando o ser humano a buscar níveis de conhecimento, referenciais teóricos e doutrinas que tratam dessas modificações, por esse motivo a Educação Ambiental deve estar descentralizada e ser discutida de forma interdisciplinar (SATO, 2002).

Sendo assim, o objetivo da Educação Ambiental em seu aspecto educativo interdisciplinar, possibilitará que o ser humano desenvolva habilidades e interaja com o meio e aplique sua cultura, respeitando e pontuando limites em suas ações, promovendo melhoria na qualidade de vida, deixando de ser discutida de forma individual, em que ocorre uma perda significativa na qualidade ambiental em virtude das condições sociais, econômicas e políticas promoverem também impacto ao meio ambiente (SATO, 2002).

Na visão de Paulo Freire a educação deve ser libertadora e humanista. Sato (2002) estabelece uma relação da proposta de Paulo Freire e a educação, na qual explica que Educação Ambiental deve nascer de ambientes educacionais e transformadores, preparando o ser humano para por em prática sua capacidade intelectual visando alcançar resultados positivos nas ações políticas, econômicas e culturais. Essa práxis resultará em uma melhora na qualidade ambiental, bem como na qualidade de vida do ser humano.

A Educação Ambiental é discutida de forma abrangente em diversas correntes filosóficas, abrindo espaços para debates entre fronteiras, ou seja, toma uma dimensão internacional com o objetivo de alcançar que ela seja transformadora. Para Sauvé (2005) as correntes em Educa o Ambiental apresentam diversas características e análises, algumas tradicionais e outras contemporâneas, as quais serão abordadas:

Corrente Naturalista: Visa proporcionar a educa o centralizada na natureza, objetivando a educa o somente pelo meio natural, configurando que a natureza   suficiente para educar o ser humano, desenvolvendo o cognitivo para meio natural. Para resolver os problemas ambientais, deve-se compreender como “funciona” a natureza; aprender a entrar em contato com ela, por intermédio dos sentidos e de outros meios sensíveis, a fim de explorar a rela o com a natureza (SAUVÉ, 2005).

Corrente Conservacionista: Potencializam as a es do ser humano, voltada   conserva o dos recursos naturais, o gerenciamento deles e a radicaliza o do modo de vida, rigorosamente ecológico (SAUVÉ, 2005).

Corrente Resolutiva: Abrange uma aten o demasiada aos problemas ambientais. Essa corrente surgiu em meados dos anos 1970, quando foi revelada a amplitude e a gravidade dos problemas ambientais. Nessa corrente   adotada a visão central de educa o ambiental proposta pela UNESCO que   implementar a educa o ambiental para a resolu o desses problemas (SAUVÉ, 2005).

Corrente sist mica: Busca analisar de forma minuciosa as realidades ambientais, proporcionando um diagnóstico preciso das rela es que causaram qualquer tipo de danos ambientais, buscando sistematicamente solu es benéficas em rela o ao meio ambiente (SAUVÉ, 2005).

Corrente científica: Associa as problemáticas ambientais buscando solu es de forma científica, esmi a as problemáticas ambientais aplicando a ciências

humanas e biofísicas nas soluções de conflitos, identificando especificamente as relações de causa e efeito. Essa corrente tem como processo a indução de hipóteses a partir de observações ou por experimentação, trabalhadas de forma interdisciplinar e transversal (SAUVÉ, 2005).

Corrente humanista: Pontua a interação do ser humano com o meio ambiente natural e construído, busca assegurar a qualidade ambiental, sem contudo ignorar a presença do ser humano que pode se relacionar de forma harmoniosa com o meio ambiente natural. A corrente humanista enfatiza a dimensão humana do meio ambiente, levando em conta seu cruzamento com a natureza e cultura em que o meio ambiente não é somente um conjunto básico de elementos biofísicos que pode ser tratado de forma objetiva e sim corresponde a um meio de vida com históricas, culturais, econômicas e estéticas (SAUVÉ, 2005).

Corrente Moral Ética: Muitos educadores consideram o fundamento da relação com o meio ambiente é de ordem ética, ou seja, ensinar para que o ser humano adquira e se desenvolva uma série de valores ambientais, tanto para saber do outro e de si próprio (SAUVÉ, 2005).

Corrente Holística: Há um entendimento que todas as coisas se relacionam entre si para a formação de um todo, cada elemento no meio ambiente possui uma completa relação entre si, e são dependentes. Os elementos naturais se completam possuindo uma abordagem orgânica do mundo. O ser humano utiliza a criatividade para a formação das coisas que demanda produtos oriundos da natureza, porém não consegue completar esse relacionamento promovendo um retorno benéfico dos recursos utilizados, busca harmonizar a extração dos recursos para a produção entendendo que há possibilidade de interação, homem versus natureza (SAUVÉ, 2005).

Corrente Biorregionalista: Proporciona a supervalorização da região incluindo aspectos culturais e naturais, utiliza os recursos naturais da região para o desenvolvimento de valores éticos, que contribui para formação da educação dos agentes das comunidades. Procura ter um conhecimento amplo das problemáticas ambientais em comum acordo com a comunidade, com o objetivo de desenvolver métodos para a solução dos problemas enfrentados, utiliza os recursos da região para fomentar a economia local (SAUVÉ, 2005).

Corrente Prática: Aprender na prática é o grande legado desta corrente, preconiza resolver os problemas de ordem ambiental empregando métodos sociais,

pois entende estar extremamente ligada a ação e reflexão. Busca implementar estratégias se questionando em meio a realização de pesquisa-ação, o altruísmo é uma marca, sendo o sujeito o ator fundamental no processo de mudança, aprender com as experiências negativas e se retratar quando necessário (SAUVÉ, 2005).

Corrente Crítica/Social: As ações são definitivamente tomadas após vários argumentos impostos para a realização de algum projeto, ressaltando e fundamentando suas práticas baseadas em referenciais e argumentando de forma coesa buscando várias cadeias de conhecimento a cerca do processo, tendo uma visão emancipadora. Os problemas Ambientais são tratados de forma racional e interdisciplinar, após, argumentados e analisados de forma rígida e criteriosa, entende-se que os problemas emergem de uma sociedade passiva e sem argumentos, indisposta a discutir as problemáticas. Os grandes projetos surgem da corrente crítica que reivindicam seus direitos políticos, envolvendo a todos da comunidade, que fizeram parte da elaboração das sugestões e críticas para sua implantação. Na sua grande maioria os projetos melhores elaborados são deferidos e aplicados com aporte financeiro dos recursos públicos (SAUVÉ, 2005).

Corrente Feminista: Extremamente associada à corrente da crítica social, a feminista adota um comportamento de valorização da mulher no contexto social e a necessidade de interação em todos os âmbitos da sociedade. Predomina não só na razão no que tange as problemáticas ambientais, procura associar argumentos afetivos e sensitivos. Manifesta a inserção feminina nos debates relacionados aos temas ambientais e de sustentabilidade, que por sinal desenvolve uma crítica a cerca da questão e manifesta uma visão naturalista a cerca das questões ambientais (SAUVÉ, 2005).

Corrente Etnográfica: Essa corrente busca enfatizar a Educação Ambiental dentro do contexto cultural da população da comunidade em que se aplicam as relações ambientais. Segundo o modelo pedagógico de Michael J. Caduto e Joseph Bruchac, o modelo “Os Guardiões da Terra” é centrado na utilização de contos, para que haja uma compreensão e uma apreciação da terra, ou seja, pelo modelo de contos, a criança aprende a amar e dar valor ao meio ambiente (SAUVÉ, 2005).

Corrente Ecoeducação: Essa corrente trabalha na perspectiva na alfabetização através da Educação Ambiental, caracteriza os problemas ambientais como propícios a desenvolvimento pessoal, a interação que o homem desenvolve com o meio ambiente, dá condições de promover métodos educativos, entende que

o processo de educação vem dos pais, da sala de aula e do próximo, proporcionando ao ser humano um processo de formação pessoal nas experiências vivenciadas em seu ambiente (SAUVÉ, 2005).

Corrente da Sustentabilidade: Proveniente da dinâmica ideológica do capitalismo e desenvolvimento sustentável, essa corrente é fruto de programas promovidos pela UNESCO, associando o desenvolvimento econômico como fator importante para o ser humano, porém é indispensável à racionalização das atividades de consumo a fim de garantir seguras condições de vida para as futuras gerações, e a Educação Ambiental é uma ferramenta importante no desenvolvimento sustentável, tendo em vista, que pensamentos partidários, destacam a Educação Ambiental, como método natural, não sendo apta e adaptativa as questões econômicas, compreendendo que a Educação Ambiental engessa o desenvolvimento e precisa de uma reforma para que se adapte ao desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, 2005).

Percebe-se que as correntes apresentam concepções diferenciadas de linhas de pensamento, apresentando suas funções destacando o ambiente em que está inserido; o objetivo; as metodologias, bem como suas vantagens e desvantagens. À vista disso, essas correntes carecem ser analisadas e refletidas colocando em questões suas concepções e práticas.

As diversas percepções relacionadas à Educação Ambiental, também permeiam sua evolução histórica. Devido às problemáticas ambientais, o tema Educação Ambiental vem sendo discutido de forma internacional com o objetivo inicial em 1948 em Paris, no encontro da União Internacional para a conservação da natureza, porém foi em Estocolmo na Suécia em (1972), que o tema Educação Ambiental ganhou forças. Após três anos, em (1975) foram traçadas orientações e princípios para o programa em Belgrado e em (1977), acontece em Tbilisi na Geórgia a Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental (SATO, 2002).

A Educação Ambiental no Brasil surge em movimentos conservacionistas liderados por manifestações de organizações da sociedade civil, neste contexto foi criada pelo governo federal a Secretaria Especial do Meio Ambiente em 1973. Outro passo importante na educação ambiental foi a Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, que menciona a Educação Ambiental voltada a todos os níveis de ensino,

inclusive a educação da comunidade, a fim de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Já a Constituição Federal de 1988 no o artigo número 225 inciso 6º, menciona a necessidade de promover a educação e a conscientização pública na preservação do meio ambiente, devendo ser contextualizada em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999).

Em 1992 no Brasil, ocorre o início a discussão sobre o tema, tendo como base princípios sustentáveis atribuindo à necessidade da formação do senso crítico coletivo e solidário, discutido de forma múltipla e interdisciplinar aplicada de forma diversa.

O marco histórico que promoveu a Educação Ambiental no Brasil foi Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Posteriormente o compromisso firmado na Rio-92 surgiu no poder executivo, grupos de trabalho como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) no ano de 1993. No ano seguinte o Ministério do Meio Ambiente (MMA), todas com o objetivo de operacionalizar ações educativas a educação ambiental (BRASIL, 1998).

Em virtude de compromisso estabelecido na Constituição Federal e assumido durante a discussão do Rio/92, a presidência da República, publica o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) coordenado pelo MMA e pelo IBAMA. No ano de 1996, coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), instituiu um grupo técnico a fim de formalizar o desenvolvimento de ações conjuntas em educação ambiental, sendo que após dois anos de discussão em 1997, foi aprovado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pelo Conselho Nacional de Educação, que são subsídios de apoio para escolas na elaboração de práticas educativas ambientais, no qual apresenta temas transversais, dentre eles o meio ambiente (BRASIL, 1998).

Em 1999 foi aprovada a lei 9.795 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) regulamentada pelo decreto n. 4.281 que define a composição e as competências do PNEA, bem como a primeira tarefa que foi um termo de cooperação técnica para a realização em grupo da conferência Infanto-

Juvenil pelo meio ambiente, tendo como destaque o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) (BRASIL, 2005).

A Resolução Nº 2, De 15 De Junho De 2012, estabelece diretrizes para a Educação Ambiental devendo ser aplicadas pelos sistemas de ensino e instituições, inclusive instituição de ensino superior, pois ela é inerente à educação, uma extensão das práticas sociais e capacita o cidadão na obtenção de adquirir um caráter ambiental.

Por fim, a Base Comum Curricular (BCC, 2017), adota competências gerais que inter-relacionam e percorrem os componentes curriculares ao longo da educação sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores, como:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BCC, 2017, p. 3).

Assim, a Educação Ambiental é amparada por leis nos mais diversos fatores devendo ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social e cidadania. Cabe ressaltar que sua prática é permeada por diversos desafios que vão desde a compreensão do conceito de meio ambiente a necessidade de ampliar ações pontuais, no que se refere à conservação do meio ambiente para práticas realmente educativas.

1.2 Educação Ambiental ao alcance de todos

Em meio à necessidade da implementação de medidas corretivas emergentes em relação ao meio ambiente da sociedade contemporânea, vivenciada por meio de uma cultura, em que ocorre a exploração desenfreada dos recursos naturais, herdadas pelo sistema capitalista influenciada pelo consumismo que demanda uma intensa utilização dos recursos naturais, conseqüentemente afeta não só a qualidade ambiental, tal como a vida das pessoas (LUZZI, 2014).

As políticas de sustentabilidade discutidas na atualidade buscando remediar as ações antrópicas, consideradas por alguns como a solução das problemáticas ambientais em virtude da produção para suprir as necessidades vivenciadas pela cultura contemporânea não são suficientes para solucionar os problemas, que são

decorrentes do modo de vida praticado, as práticas erradas estão enraizadas na cultura e no modo de vida cotidiano do ser humano (LUZZI, 2014).

A Educação Ambiental está diretamente ligada à mudança de comportamento e caráter, bem como de consciência ambiental na perspectiva de preparar o ser humano para uma vida sustentável e racional na utilização dos bens naturais a serem preservados. Com o passar dos anos, há uma tendência em que a educação estará atrelada diretamente ao meio ambiente e tudo que envolve as práticas cotidianas assertivas em relação ao ser humano e suas responsabilidades dentro de uma sociedade sustentável (LUZZI, 2014).

Nesse contexto, é fundamental tratar das problemáticas ambientais de forma explícita e em todos os níveis sociais, para que haja um fortalecimento da conduta ambientalmente correta de todos os cidadãos. A Educação Ambiental deve ser acessível e abrangente em todas as suas questões, não só apenas relativamente à fauna e a flora e os recursos financeiros investidos somente em espécies faunísticas e ecológicas. Entretanto, devem também ser aplicada ao meio ambiente como um todo, remediando a mortalidade de milhares de pessoas que morrem decorrentes de problemas de degradação ambiental, dessa maneira, o problema estaria tratado na fonte (LUZZI, 2014).

A luta das organizações mundiais, em defesa do meio ambiente não deve deixar a margem à Educação Ambiental e sim associá-la, fomentando a melhora da qualidade de vida do ser humano e seu acesso à escola pública de qualidade, transporte, saneamento moradia, saúde, trabalho, cultura, entre outros aspectos fundamentais para melhorar seu caráter social (LUZZI, 2014).

O compromisso estabelecido com a Educação Ambiental deve ser igualitário para que seja alcançado por todos os seres humanos, havendo um comprometimento de todos, podendo despertar os seus pensamentos críticos com o intuito de alcançar estratégias democráticas, interagindo entre várias culturas e classes sociais, em que valoriza diferentes formas de conhecimentos, norteando o atendimento as necessidades de todos, sem qualquer restrição (SATO, 2002).

O ser humano é um ser ativo, inteligente e possui capacidade de pensar e interagir com o mundo, sendo ele o ator principal no processo ensino-aprendizagem, a educação tem o objetivo de torná-lo educado e agir com responsabilidade mediante as políticas aplicadas e suas ações possam ser desenvolvidas de forma

consciente, aplicando seus conhecimentos e habilidades de forma participativa frente à complexidade das causas ambientais (CASTRO; CANHEDO JR, 2014).

A Educação Ambiental na sociedade contemporânea se aplica conforme a normativa estabelecida nos Parâmetros Curriculares Nacionais contribuirá para possíveis estratégias que poderão ser inseridas na pedagogia e desenvolvidas pelos educadores que a partir dessas ações, tornará possível a formação não somente de novos pesquisadores ecológicos, bem como de pessoas e cidadãos educados ambientalmente e capacitados a viverem em uma sociedade mais justa e sustentável.

Sendo assim a Educação Ambiental tornou-se necessária, evidenciando sua implementação aos processos educacionais, trazendo as questões ambientais como tema a ser discutido em todos os processos da educação, na qual é transformadora e eficaz para a ocorrência de atos de cidadania. O anseio coletivo é para um mundo mais equilibrado e justo envolvendo a participação e responsabilidade individual e coletiva, principalmente a inserção dos educadores no processo de transformação do educando, em toda sua trajetória escolar (SATO, 2002).

Por esse motivo, o educador ao apresentar para a criança da Educação Infantil as letras os números e sua interação no processo de alfabetização é importante que haja a percepção e a integração com a dinâmica ambiental e essa harmonia deve possibilitar experiências cotidianas, relacionado a exemplos de problemas ambientais atualizados, por intermédio de práticas interdisciplinares atreladas aos processos de alfabetização. Contudo a Educação Ambiental se apresenta como uma ferramenta relevante, possibilitando por meio do conhecimento valores e atitudes, bem como o aprimoramento dos conceitos ambientais ao educador e a criança, no processo de transformação das atuais problemáticas ambientais (SATO, 2002).

Para tanto, é necessário mais do que informações e conceitos, é imprescindível que o educador trabalhe com atitudes, com a formação de valores, com o ensino e aprendizagem, principalmente na Educação Infantil, fase em que a criança está em processo de desenvolvimento, garantindo a introdução da temática ambiental de forma interdisciplinar, nos currículos de todas as disciplinas e em atividades escolares, que despertem o interesse da criança, oferecendo oportunidade para a mesma em pequenas situações do seu cotidiano que as estimulem conhecer, respeitar e admirar a natureza e o meio em que vive.

2 A DINÂMICA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em virtude das degradações ambientais e a necessidade de implementar melhorias na qualidade ambiental a fim de atender as presentes e futuras gerações, se torna imprescindível a implementação de medidas que possam contemplar a Educação Ambiental na Educação Infantil.

O ambiente escolar, tendo em vista a capacidade de atender diretamente não só os alunos matriculados bem como seus familiares, ou seja, a comunidade em que está inserida pode estabelecer vínculos que estimulem a interação dessa comunidade com as questões ambientais diversas.

Dessa maneira, cabe ao educador vislumbrar essa possibilidade de interação e estabelecer metodologias que visam sensibilizar e transformar por meio de ações na dinâmica das problemáticas ambientais existentes na comunidade.

Devido às necessidades de levantamento de dados a fim de diagnosticar as problemáticas ambientais que podem existir aos arredores da escola, o educador diante da grade curricular deve possuir a sensibilidade de levar o desafio para as crianças de apontar e discutir essas problemáticas e implementar medidas que contribuam com a melhoria ambiental do espaço, levando em consideração que a criança traz consigo a percepção de uma imagem heroína do educador, que por sua vez, deve utilizar o potencial que a criança possui de multiplicar as informações recebidas e atribuir o raciocínio crítico diante daquilo que aprendeu na escola.

2.1 Educação Ambiental: Relação dessa temática na Educação Infantil

Diante da degradação ambiental promovida atualmente pelas práticas do ser humano ao se relacionar com o meio o qual ele vive e da intenção de promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, a Educação Ambiental é a ferramenta que pode promover a conscientização e a sensibilização dos atores responsáveis diretos pela postura inadequada no que se refere ao meio ambiente.

A Educação Ambiental traz consigo o compromisso de despertar no ser humano a mudança de postura, buscando sensibilizar e conscientizar mediante ação transformadora em um processo contínuo.

Dessa forma, a Educação Ambiental implementada na Educação Infantil, visa trabalhar o tema proporcionando interesse tanto nos educadores como nas crianças.

Com isso, o resultado trará benefícios para a sociedade atual, assim como para as futuras gerações.

Em 1988 a Constituição Federal em seu artigo 208, estabelece o direito à creche e a pré-escola e a obrigatoriedade do Estado em atender como direito da família, e no ano de 1990, por intermédio do artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8069/90 reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil.

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) por meio da Política Nacional de Educação Infantil, reiterou metas e a expansão de vagas, bem como políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças e a qualificação dos profissionais, cujo resultado contribuiu para a formação do profissional de Educação Infantil.

Um documento importante para todos os níveis da educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, que estabelece no artigo 29 a educação infantil como a primeira etapa da educação básica no Brasil.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Em paralelo a LDB no ano de 1998 surge o documento Referencial Curricular Nacional (RCNEI) que estabelece parâmetros que norteia referências e orientações pedagógicas, no eixo Natureza e Sociedade embasa princípios e metas da Educação Ambiental, sendo ele o referencial no que tange aos conteúdos do meio ambiente que devem ser trabalhados na Educação Infantil.

No ano de 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Esses documentos são hoje os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil do país.

Nesse contexto, surge uma nova concepção de criança, com essa nova visão o cuidar e o educar passam a ser indissociáveis na Educação Infantil. Cuidar no sentido que as necessidades básicas da criança sejam atendidas e, educar porque deve oferecer à criança, possibilidades de descobertas e aprendizados. Desse modo pode-se observar que essa concepção supera a visão adultocêntrica da criança, ou seja, uma visão redutora da criança educada seguida de uma prática social que estabelece o poder aos adultos deixando-as passiva (BRASIL, 1994).

Segundo a teoria de Piaget (1983 apud VALLE, 2007) é na primeira infância dos 2 a 7 anos que acontece o aparecimento da linguagem que irá acarretar as modificações nos aspectos intelectual e afetivo-social da criança, ou seja, processo de interação social com o meio. Portanto, nesse estágio a escola deve oferecer a oportunidade que a aprendizagem possa ser estabelecida por meio das descobertas e experiências de cada criança, sejam vivenciadas na solução dos problemas em seu cotidiano, que a estimulem o respeito e as convicções de boas práticas, permitindo que as crianças criem a capacidade de tomar decisões, logo em sua fase adulta terá seus hábitos vinculados ao aprendizado que adquiriu, tornando cidadãos melhores.

Compreende-se que a tratativa da Educação Ambiental na Educação Infantil é significativa no tocante ao processo ensino-aprendizagem da criança, e o educador deve realizar seus projetos enfatizando o cuidado com o ambiente, seja esse ambiente natural ou construído, uma vez que o tema deva constar na proposta pedagógica. As experiências vivenciadas no cotidiano precisam estar atreladas a diversas áreas do conhecimento de forma interdisciplinar envolvendo a comunidade escolar, sua respectiva família e sociedade existente ao entorno do espaço escolar (SATO, 2002).

Segundo Segura (2001, apud MEDEIROS et al, 2011) as primeiras ações de conscientização ambiental foi possível ser fomentada por meio do espaço escolar e o tema pode ser debatido em outras esferas da sociedade. Nessa contextualização, a escola deve propiciar às crianças oportunidades que promovam o conhecimento com as causas ambientais, interagindo de forma sistemática e satisfatória, sendo ela detentora dos conhecimentos que prepara o ser humano para uma consciência ambiental correta.

Desse modo, o ambiente escolar é responsável para transmitir conhecimentos e preparar o ser humano para que sejam cidadãos que exerça seu papel de cidadania sendo na fase infantil que ocorre o aprendizado mais fácil, em que os resultados poderão ser alcançados mediante o envolvimento, a capacitação, responsabilidade e os objetivos e metas propostas.

Sendo assim a implementação da Educação Ambiental na Educação Infantil desperta a consciência ambiental na vida dos alunos que certamente levará essas virtudes para a vida, despertando o verdadeiro sentido de cidadania e sentimento ambiental adequado, suas atitudes ainda que individuais, poderá ter resultados

positivos em seu dia a dia, despertando aos demais seres humanos a sua volta as mesmas virtudes aprendidas na Educação Infantil que acarretará em melhora na qualidade ambiental do local em vivem, fato que a criança é um ser social e produtor de cultura (BRASIL, 1994).

Dessa forma, a mudança de paradigmas sobre as questões ambientais parte do pressuposto, em que por meio da educação ambiental aplicada desde a educação infantil, aponta para a formação da criança como cidadão consciente de suas responsabilidades com as causas ambientais, comportamento esse que tendência para a mudança da cultura vivenciada nos dias atuais. Só assim, a capacidade de suporte do planeta ou local, poderá estar de acordo com as ações humanas no que diz respeito a sua maneira de vida e de se relacionar com o meio ambiente.

2.2 Educação Ambiental: Métodos e Práticas na Educação Infantil

A degradação ambiental está aliada em todos os processos dos seres vivos, que em virtude dela implementa ações e meios para conciliar de forma desafiadora o seu estilo de vida com as questões ambientais. Dessa maneira a Educação Ambiental permite que o ser humano, assimile conhecimentos e práticas que possibilitem sua vivencia de forma harmônica com o meio ambiente (PELICIONI, 2014).

O debate tem alcançado educadores e alunos, pois é na escola e por meio dela que é promovido o saber e a capacitação do ser humano adquirir conhecimento e possibilidade de interação com o meio ambiente, proporcionando a melhoria das condições ambientais. A conscientização ambiental precisa ser discutida de forma democrática com o objetivo de alcançar os resultados em benefícios de todos (SATO, 2002).

A implementação do tema na grade curricular precisa ser avaliada por todos que fazem parte da comunidade escolar, em razão da importância da conscientização de forma sensibilizadora com o intuito de educar a criança para a convivência dos conflitos relacionados ao meio ambiente vivenciados no cotidiano.

Todavia, se faz necessário que a proposta pedagógica para a Educação Ambiental passe a ser reformulada, no sentido do tema ser trabalhado de forma criteriosa dando a mesma o valor necessário que a exposição do tema merece e não

seja discutida somente para cumprir a grade curricular, posto isto, os resultados esperados poderão contribuir para a vida da criança, da família bem como da comunidade, resultando melhorias na qualidade ambiental (SATO, 2002).

Quando trabalhada de forma pautada na aplicação da teoria e atrelada à prática a Educação Ambiental passa a fazer parte do cotidiano do educando. O educador ao desenvolver a Educação Ambiental em sala, precisa exercê-la paulatinamente, inclusive aplicando oficinas e introduzindo os educandos em experiências do dia a dia de cada um, com aulas de campo proporcionando a vivência e diagnosticando os pontos positivos e negativos do meio ambiente em todos os aspectos no local em que a escola esta inserida (SATO, 2002).

A criança por si só desenvolve o hábito de se relacionar com o meio natural e social em sua volta, interagindo de forma espontânea que lhe é inerente: com indagações; descoberta pelo novo; interessados em obter resposta por suas indagações, é dessa forma que a criança se sociabiliza. A criança ao brincar cria em seu mundo situações imaginárias, construindo um mundo de faz conta, para tal, utiliza as espécies animais e vegetais, condições geográficas e criações utópicas, tiradas do mundo da fantasia, essa prática possibilita novas descobertas do mundo em diversas variáveis (BRASIL, 1998, v. 3).

As propostas e práticas que serão discutidas adiante têm como referencial o documento norteador RCNEI, documento este que proporciona aos educadores condições e metodologias que ao serem adotadas podem servir como linhas norteadoras, criando condições reais para o desenvolvimento integral da criança possibilitando que a mesma se tornem cidadãos críticos que opinem ante a sociedade e o meio pelo qual atuam (BRASIL, 1998, v. 3).

Ao manipular com o meio natural a sua volta a criança adquire conceitos de respeito às opiniões do grupo, relações interpessoais e desenvolve afetividade ao interagir com o adulto, que na pessoa do educador acompanha essas atividades de interação com os animais; insetos; plantas e pássaros, solo, descarte legal do lixo (BRASIL, 1998, v. 3).

Nesse contexto, o educador terá a atribuição de mostrar para as crianças a relação dos seres vivos presentes no pequeno ecossistema, trabalhando com plantas desenvolvendo sua importância e função no processo da fotossíntese, bem como fonte de alimento para animais herbívoros. Em relação às hortaliças que fazem parte do processo de alimentação do ser humano, o educador pode

conceituar a importância dos compostos orgânicos e a utilização de defensores agrícolas por parte dos agricultores e os problemas que podem ocasionar na saúde humana (BRASIL, 1998, v. 3).

Já com os peixes, o educador pode pontuar a qualidade dos afluentes em relação aos peixes de água doce a importância do saneamento básico e a proteção dos mananciais, pontuando o descarte de esgoto in natura e produtos químicos lançados nos rios de forma ilegal pela indústria, diminuindo sua qualidade, provocando a morte dos peixes alterando as características ambientais da região em que vivem (BRASIL, 1998, v. 3).

O descarte irregular do lixo seu correto manejo e a possibilidade de repensar pautando nos hábitos de consumo e descarte promovendo a conscientização ao desperdício, ressaltando como exemplo o uso abusivo de papel toalha ao secar as mãos, sendo importante reduzir, implementando a conscientização na hora de comprar produtos, recusar a adquirir produtos que possam prejudicar o meio ambiente. No sentido de reutilizar, o educador deve trabalhar com embalagens recicláveis utilizando práticas lúdicas e desenvolvendo produtos artesanais com materiais recicláveis trazidos pelas crianças de casa, ressaltando a importância da reciclagem e a separação dos produtos para coleta seletiva (BRASIL, 1998, v. 3).

A seca, as chuvas e as tempestades, as estrelas e os planetas, os vulcões, os furacões etc. são assuntos que despertam um grande interesse nas crianças e devem ser trabalhados a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, por meio de experiências e observações de forma direta e indireta (BRASIL, 1998, v. 3).

Para que essas ações possam ter êxito é imprescindível que o educador trabalhe em sala com materiais lúdicos que despertem na criança a curiosidade, sendo criativo implementando diferentes formas de interação ambiental, tais como: atividades extra salas de aula promovendo com os alunos visitas de campo em estações de tratamento de água, de esgoto; usina de reciclagem; visita aos laboratórios de estudos de espécies de animais; em unidade de conservação (BRASIL, 1998).

Nesse contexto, cabe ao educador abandonar as práticas tradicionais de ensino, estabelecendo situações instigantes, no que tange a curiosidade da criança em virtude dos assuntos discutidos. As atividades propostas pelo educador deve incentivar a criança a criar hipóteses e despertar o interesse crítico frente às coisas que as cercam. Toda criança, em qualquer fase, incluindo a Educação Infantil,

carrega consigo conhecimentos prévios, adquiridos em seu dia a dia, por meio da sua cultura e meio familiar (BRASIL, 1998, v. 3).

O educador em seu trabalho de docência, jamais deve isolar esses conhecimentos, mas sim trabalhar partindo de tais experiências, relacionando os problemas ambientais ao entorno da comunidade escolar, desenvolvendo suas habilidades de forma prática e interdisciplinar as questões ambientais, buscando alternativas para que os métodos contemporâneos possam ser aplicados, portanto o educador é muito importante nesse contexto, pois é o mediador da aprendizagem, trazendo em seu currículo boa formação no que tange a Educação Ambiental (BRASIL, 1998, v. 3).

Espera-se que a Educação Ambiental na Educação Infantil segundo os referenciais curriculares, desenvolva na criança capacidades que a mesma possa explorar o ambiente em que está inserido, sendo assim poderá se relacionar com as pessoas, e estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse e o educador deve contextualizar o conteúdo aplicado, por conta de a ciência oferecer possibilidades do aluno desenvolver conhecimento de mundo, assimilando por meio da exploração, elaboração de experimentos científicos e busca por conhecimento de tudo que está ao seu redor.

Embora, a aplicabilidade do Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil traz propostas coerentes para trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil é fundamental que os gestores públicos implementam essas ações investindo na capacitação do educador, criando possibilidades do mesmo trabalhar na grade curricular as propostas estabelecidas, em que o mesmo tenha autonomia de aplicar as práticas pedagógicas no que se refere a Educação Ambiental, observando a necessidade de construção de um trabalho que contemple as especificidades regionais, bem como as diversidades culturais da criança.

Todavia a versão de um modelo único e verdadeiro aplicado de forma abrangente na educação infantil precisa ser revisto. Neste sentido, observa-se que as práticas pedagógicas realizadas na Educação Infantil precisam ser reformuladas, obedecendo aos critérios pedagógicos infantis, possibilitando que a construção do conhecimento na vida da criança, não venha ser de forma impositiva, embora o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil se apresente de forma

estruturada e coesa ele deve ser flexível e atenda as condições ora mencionadas (CERISARA, 2002).

Cabe mencionar como exemplo a Lei Nº 4.528 de 29 de setembro de 2017 que atende ao decreto nº 6.521/2011 do município de Atibaia, em que traz a necessidade das escolas municipais ensinarem Educação Ambiental aos alunos. A Secretaria de Educação do município será a responsável por definir as diretrizes pedagógicas, definindo como a Educação Ambiental será inserida na rede de ensino, como resultado disso ocorreu uma parceria entre o Instituto Pedra Grande de Preservação Ambiental (IPEG) surgindo o Programa Fruto da Terra.

As políticas públicas no que se refere à Educação Ambiental possibilitaram por em prática o Programa Fruto da Terra, que atende a rede Pública Municipal em aproximadamente 33 escolas e 13.000 alunos e 350 educadores, com apoio financeiro da Petrobrás. O programa visa atender a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos.

O objetivo do Programa é criar possibilidades da escola desenvolver o papel na transmissão do conhecimento para que a sociedade possa ser alcançada e transformada, com cidadãos ambientalmente educados que atuem de forma correta no ambiente no qual vivem.

Os educadores têm a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos e consequentemente disseminá-los ao público alvo, aumentando a ideia e as ações que torneiam o Programa.

A metodologia abrangente tem por base a capacitação dos envolvidos para que seja inserida a Pedagogia de Projetos que é o fator predominante na realização dos objetivos e metas. Colocar em prática as ações inicialmente planejadas tem contribuído para o sucesso do Programa, pois torna possível o levantamento de dados das avaliações, bem como da devolutiva das ações aplicadas no mesmo e por fim interferir de forma positiva promovendo a correção do diagnóstico.

A ênfase do Programa está baseada nas experiências dos participantes na Educação Ambiental e transmissão do saber, por meio de publicação e eventos pelos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. A adesão por parte dos educadores, que acreditaram na dinâmica na estratégia aplicada no Programa que proporciona o alcance do conhecimento além dos livros didáticos, com cursos de formação para educadores, tornando-os capazes de construir suas opiniões de

forma criativa, se comprometendo e agindo com responsabilidade na comunidade em que vivem.

A equipe técnica aplica contínuos encontros com os coordenadores e diretores aplicando atividades que vai desde oficinas pedagógicas; suporte técnico, assim como atividades de Educação Ambiental e seminários. Os resultados desses encontros permitem a troca de experiências entre os educadores e contribuem para o sucesso do Programa, em que os frutos estão sendo colhidos na vivência individual de cada criança participante do programa.

Dentro desse contexto, expõem-se a perspectiva de alguns teóricos referente à prática, trazendo como exemplo as propostas de atividades de Educação Ambiental aplicada nas escolas.

Para Souza et al (2016) a elaboração de banners e cartazes informando questões sobre o meio ambiente como poluição ambiental, desenvolvimento sustentável, aquecimento global, dentre outros e expor em lugares estratégicos promovem o interesse na leitura. A implantação de um programa de reciclagem na escola em locais específicos para depositar os resíduos gerados no ambiente escolar, no qual poderá ser feito de tambores de lixo com cores variadas para cada tipo de resíduos, esse programa tem a finalidade de conscientizar os alunos e reverter os resíduos possíveis de ser reciclado em renda para a escola. Já o lixo orgânico pode-se aplicar a compostagem, no qual poderá ser utilizado na horta e no jardim da escola.

A realização de feiras ambientais com intuito de envolver a comunidade escolar com o objetivo de fazer com que a criança manipule os materiais recicláveis aplicando o conceito de sustentabilidade e visitas de campo em unidade de conservação, traz possibilidades para o educador aplicar em sua aula, explanando os recursos naturais e os ecossistemas ali presentes de preferência na semana do meio ambiente, motivando a criança o interesse pelas causas ambientais (SOUZA et al, 2016).

Segundo Trowbridge e Bassuk (2004, apud BALDIN; FRIDRICH, 2016) a prática de trabalhar com as crianças a importância do plantio de árvores na escola, assim como a necessidade e o plantio no meio ambiente construído, contribui não só com a beleza cênica do local, como também melhora a condição do clima, e a retenção de poluentes que são descartados pelos veículos trazendo uma melhora na poluição do ar, sonora e visual. Além de melhorar a condição de vida dos

frequentadores dos parques em que as árvores são plantadas a fauna ali presente promove a dispersão das sementes fazendo com que novas árvores sejam plantadas em outros locais.

Trabalhar com projetos com as crianças quanto ao uso adequado e consciente da água, expondo os inúmeros problemas que o mundo atual vem enfrentando com relação à escassez da água são práticas relevantes. Ao final do projeto, espera-se que as crianças saibam utilizá-la sem desperdício e sem poluí-la, levando para seu meio social todos esses aprendizados. Nesse sentido, ensinar as crianças sobre a importância desse recurso limpo e preservado é fundamental para evitar que a água se esgote. Para Lorandi e Cançado (2002, apud BALDIN; FRIDRICH, 2016, p. 91).

Pode-se inferir no que se refere à água, que apesar da aparente abundância que corre por todo planeta, sua distribuição é desigual, e em diversos locais a água está se tornando escassa.

A utilização irracional do uso do solo e a falta de políticas públicas que intensifique a utilização sustentável, desse recurso natural muito útil para a vida humana com seus nutrientes tem permitido a extinção de ecossistemas existentes no solo. A conscientização por meio de palestras realizadas na escola em relação às queimadas que acaba com a cobertura permitindo que o solo fique exposto aos intemperismos naturais, permite que o aluno conheça a importância do solo como recurso natural, outro sim é a falta de tecnologia para o tratamento de resíduos que atualmente são dispostos em aterro sanitários, controlados e até mesmo como ocorre em alguns municípios à exposição do lixo direto no solo a céu aberto (MEDEIROS et al, 2011).

Para Grzebieluka, et al, (2014) trabalhar com projetos na Educação Infantil no plantio de flores; verduras; ervas aromáticas como hortelã, erva doce, orégano, salsinha entre outros, abre um leque de possibilidades nas quais as crianças ao plantarem pode constituir uma forma de descobrir a natureza e estabelecer relação com o meio ambiente, iniciando um processo curioso entre elas, permitindo que as mesmas usem suas próprias mãos despertando sensações, é uma atividade interativa e envolvente. Essa prática traz conhecimentos relevantes em que a criança tanto pode acompanhar o crescimento das plantas, como conhecer, experimentar sensações por meio do olfato, paladar e visão sobre alimentos saudáveis. O educador poderá contextualizar a aprendizagem sobre o conceito de

ervas aromáticas, cores e texturas, a partir dos conhecimentos prévios da criança e posteriormente ampliar seus conhecimentos de forma multidisciplinar. Dessa forma, o educador poderá envolver também os pais para participarem do projeto na construção de espaços para plantio, promovendo uma parceria entre escola e família.

Embora as práticas citadas possam contribuir de alguma forma para a capacitação e formação da criança no que tange aos aspectos ambientais, sobretudo, vale ressaltar que é preciso levar em consideração os aspectos importantes regionais e culturais no local em que está inserido o programa, bem como a comunidade.

Sendo assim, pode-se observar que os programas ambientais são abrangentes e essenciais para os educadores conscientizar ecologicamente os alunos no contexto escolar. Nesse sentido, é possível alcançar bons resultados esperados, vislumbrando grande número de alunos, mediante as práticas aplicadas em seu cotidiano. O ambiente escolar entra como local ideal que a partir do mesmo outras unidades poderão ser introduzidas no processo de sensibilização e ensino, bem como de conscientização de todos, a fim de alcançar resultados positivos e os recursos naturais possam melhorar dia após dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão acerca da Educação Ambiental na Educação Infantil é essencial, em virtude de estar nas crianças à esperança de um futuro em que os padrões ambientais poderão ser melhorados, embora o cenário dos dias atuais, não contempla o tema, bem como sua importância, em virtude das grades curriculares e as salas de aula não oferecerem condições ideais para o aprendizado, muito menos a interdisciplinaridade de o assunto ser aplicado de forma suficiente, devendo estar no cotidiano das salas de aulas, em todas as disciplinas.

Ante ao exposto, é importante enfatizar que a Educação Ambiental pode agregar conceitos importantes para a vida do ser humano, quando aplicada de forma sucinta ocorre mudança na vida dos agentes que por ela estão sendo alcançados em todos os âmbitos, promovendo o corporativismo entre as pessoas e transformação no meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas, fazendo que a resiliência dos recursos naturais possam ser respeitadas e a vida na terra possa ser estendida para as futuras gerações.

A Educação Ambiental aplicada desde a Educação Infantil, melhora a interação do ser humano com o meio ambiente, proporcionando um sadio convívio social, sendo essencial tratar desde a fase introdutória da criança na escola, visto que a criança possui facilidade e assimila com maior facilidade os valores que deverão nortear sua existência no mundo.

Nesse contexto aplicando a Educação Ambiental como introdução no processo inicial de alfabetização da criança é viável acreditar na mudança de paradigma quanto ao comportamento da mesma, respondendo de forma positiva as suas obrigações em relação a sua vivência na sociedade nos aspectos ambientais, tendo em vista a dificuldade encontrada de transformar o comportamento inadequado do ser humano em sua fase adulta.

A realização deste trabalho por meio dos referenciais teóricos evidenciou a importância de se trabalhar a Educação Ambiental no contexto Educação Infantil; trazendo práticas didáticas que valorizem os conhecimentos prévios da criança e os programas com projetos possibilitou mudar as atitudes das mesmas em relação à preservação e cuidado com o meio ambiente.

Para obter um desenvolvimento de uma prática efetiva de Educação Ambiental na Educação Infantil é necessário que as instituições de ensino, estejam

dispostas a trabalhar com atitudes, formação de valores, principalmente no ensino infantil, já que é o período em que a criança desenvolve seu senso moral e tem seus primeiros conhecimentos de mundo.

REFERÊNCIAS

BALDI, Nelma; FRIDRICH, Gilivã Antonio. Percepções Socioambientais sobre o Rio Iguaçu por Crianças de Escolas de União Da Vitória – Pr E Porto União – Sc: Lições de Educação Ambiental. In: DIAS, Leonice Seolin; et al (orgs). **Educação Ambiental conceitos, metodologias e práticas**. Tupã-SP: ANAP, 2016, p. 66-98. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Fluminhan/publication/309179299_Utilizacao_do_Acervo_Educacional_de_Ciencias_Naturais_da_UNOESTE_para_a_Educacao_Ambiental/links/5803024408ae310e0d9dec44/Utilizacao-do-Acervo-Educacional-de-Ciencias-Naturais-da-UNOESTE-para-a-Educacao-Ambiental.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

www.researchgate.net/profile/Antonio_Fluminhan/publication/309179299_Utilizacao_do_Acervo_Educacional_de_Ciencias_Naturais_da_UNOESTE_para_a_Educacao_Ambiental/links/5803024408ae310e0d9dec44/Utilizacao-do-Acervo-Educacional-de-Ciencias-Naturais-da-UNOESTE-para-a-Educacao-Ambiental.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, 1998. v3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Documento preliminar. MEC. Brasília, versão, 2017. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 Jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=24736&co_midia=2>. Acesso em: 24 jul. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 2005. 3 ed. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPEF/Coedi, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/paraqualvol2.pdf>>. Acesso em: 24 de Jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa

do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccvil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 25 Jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/I9394.htm>. Acesso em 25 jul. 2017.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Ambiental e a Responsabilidade Social Corporativa nas organizações**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

CASTRO, Lobas de Castro; CANHEDO JR, Sidnei Garcia. Educação Ambiental como Instrumento de Participação. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014. p. 465-475.

CERISARA, Ana Beatriz. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. **Educação e Sociedade**. V. 23, n. 80, p. 326-345. Campinas, set. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ELALI, Gleice Azambuja. O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 309-319, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19047pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

FONSECA, João Pedro da. A educação infantil. In: MENESES, João Alberto de Carvalho et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Thomson, 1998, p. 198-227.

GRZEBIELUKA, Douglas; et al. Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil. **Revista Monografias Ambientais** – Remoa, v.13, n.5, p.3881-3906, dez. 2014,. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/14958>>. Acesso em 30 Out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIEBER, Renato Rocha; ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. A sustentabilidade é sustentável? Educando como conceito de risco. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014. p. 765-786.

LUZZI, Daniel. Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade. . In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014, p. 445-465.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 22 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2014.

PELICIONI, Andréa Focesi. Movimento Ambientalista e Educação Ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014, p. 413-444.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR, Arlindo. Bases. Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014. p. 3-12.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

RIVELLI, Elvino Antônio Lopes. Evolução da Legislação no Brasil: Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidades**. 2 ed. Ver. E atual. Barueri: Manole, 2014, p. 335-353.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. Editor: Santos, J.E.: São Carlos, Rima, 2002.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (eds.). **Educação Ambiental Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17- 44.

SOUZA, Júlio César de. Educação ambiental na Escola. In: CASTRO, Joana D'arc Bardella (Org.). **Anápolis, Desafios Ambientais**. Anápolis : Editora UEG, 2016. P. 51-120. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/source/nepe_80/conteudoN/2550/anapolis_desafios_ambientais_joana_darc.pdf#page=51>. Acesso em: 20 out. 2017.

VALLE, Luciana Rocha de Luca Dalla. **Metodologia da Alfabetização**. 20 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.